

**ANEXO VI TERMO DE REFERÊNCIA**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**OBRAS DE ENGENHARIA****Processo Administrativo nº 164578/2026****1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 – Contratação de empresa especializada para execução de serviços de recapeamento, fresagem e recomposição asfáltica em diversas ruas do Município da Estância Turística de Olímpia/SP, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, máquinas, transporte, sinalização temporária, controle tecnológico, limpeza da superfície, aplicação de imprimadura/pintura ligante, fresagem descontínua do revestimento existente, aplicação de concreto asfáltico usinado a quente – CBUQ, transporte do material fresado e execução de sinalização horizontal, conforme planilha orçamentária.

1.1.1 – Considera-se o presente objeto como obra comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente à Nota Técnica IBRAOP IBR nº 01/2021, em razão da baixa heterogeneidade dos serviços, da padronização dos insumos e equipamentos e da ampla disponibilidade de empresas aptas à sua execução no mercado especializado de pavimentação asfáltica.

1.1.2 – Para fins de execução contratual e medição, fica expressamente estabelecido que a fresagem descontínua será executada com espessura de 3,00 cm, e que a camada de recomposição em CBUQ será executada com espessura final compactada de 3,00 cm, observadas as tolerâncias admissíveis das normas técnicas aplicáveis e dos critérios de controle tecnológico fixados neste instrumento.

**Tabela 1 – Descrição básica da obra**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO, FRESAGEM E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA/SP.	3.01.02.0091-0	Serviço - SV	1 (um)

Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura (2026).

1.2 – O objeto desta contratação compõe uma série de serviços classificados coletivamente como obra de infraestrutura urbana, abrangendo recapeamento, fresagem, recomposição asfáltica e sinalização horizontal, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

1.2.1 – Trata-se de intervenção não predial voltada à preservação, recuperação funcional e melhoria da malha viária urbana municipal, mediante recomposição da camada de rolamento, remoção controlada de revestimento existente, correção da superfície de apoio e restabelecimento de condições adequadas de segurança, conforto ao rolamento e durabilidade do pavimento.

1.3 – O prazo de vigência do contrato será de 16 (dezesesseis) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, exclusiva-

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

mente nas hipóteses previstas nos arts. 105 e 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando necessário à conclusão do objeto contratado, em decorrência de fatos supervenientes devidamente justificados e formalmente reconhecidos pela Administração, desde que a prorrogação não decorra de culpa exclusiva da contratada.

1.4 – O prazo de vigência da contratação incluirá:

1.4.1 – Mobilização da empresa e implantação da estrutura operacional necessária à execução dos serviços;

1.4.2 – Execução dos serviços em todas as frentes e vias definidas pela Administração;

1.4.3 – Desmobilização de equipamentos, pessoal e estruturas auxiliares;

1.4.4 – Emissão, ateste e pagamento das medições;

1.4.5 – Recebimento provisório, saneamento de pendências e recebimento definitivo.

1.5 – O prazo de execução do objeto será de 12 (doze) meses, contados a partir do efetivo início dos serviços, que deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço.

1.5.1 – O cumprimento do prazo acima não poderá ser satisfeito mediante redução da qualidade dos serviços executados, da espessura contratada, da compactação, do acabamento superficial, da segurança dos trabalhadores ou da segurança dos usuários das vias.

1.6 – Os serviços deverão ser executados em sua integralidade e em total conformidade com a planilha orçamentária base, com as normas do DNIT aplicáveis ao objeto e com as determinações formais da fiscalização.

1.7 – A execução será realizada por trechos e frentes de serviço em diversas vias urbanas do Município, nos termos da programação definida pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, podendo a Administração estabelecer prioridades, remanejamentos e sequenciamento por interesse público, sem descaracterização do objeto contratado, observados o projeto básico e o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

**2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 – A presente contratação se justifica pela necessidade de promover a recuperação funcional e estrutural do pavimento em diversas ruas do Município, diante do desgaste progressivo da malha viária urbana decorrente da ação do tempo, do tráfego contínuo de veículos leves e pesados, das variações climáticas, da infiltração de água pelas discontinuidades do revestimento e do processo natural de envelhecimento do pavimento existente.

2.1.1 – Em diversos trechos da malha urbana, o revestimento asfáltico apresenta desgaste superficial, remendos antigos, perda de regularidade, deformações, abatimentos localizados, desagregações e irregularidades que comprometem a segurança do tráfego, o conforto dos usuários, a durabilidade do pavimento e a eficiência da infraestrutura viária municipal.

2.1.2 – Nesse contexto, a adoção dos serviços de recapeamento, fresagem e recomposição asfáltica mostra-se tecnicamente adequada, pois permite a remoção controlada da camada superficial deteriorada, a regularização das áreas críticas e a recomposição do pavimento com nova camada de CBUQ, restabelecendo regularidade, aderência, conforto ao rolamento, estanqueidade superficial e vida útil do sistema viário.



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

2.1.3 – A contratação é também necessária sob o prisma da economicidade, uma vez que a intervenção planejada reduz a recorrência de operações emergenciais de tapa-buraco, remendos sucessivos e ações corretivas fragmentadas de baixa durabilidade, preservando o patrimônio público e racionalizando os custos de manutenção.

2.1.4 – A necessidade da contratação e os quantitativos foram definidos a partir do levantamento técnico que subsidiou a planilha orçamentária base, contemplando, em síntese, 188.592,10 m<sup>2</sup> de imprimadura/pintura ligante, 5.657,76 m<sup>3</sup> de concreto asfáltico com cimento asfáltico modificado por borracha – Faixa III, 2.750 m<sup>3</sup> de fresagem descontínua com espessura de 3 cm, 6.875 tkm de transporte de material fresado e 1.750 m<sup>2</sup> de sinalização horizontal.

2.2 – A presente contratação encontra amparo no Estudo Técnico Preliminar e nos documentos técnicos que instruem o processo administrativo, os quais evidenciam a adequação da solução proposta, a viabilidade técnica da intervenção e a compatibilidade dos quantitativos e custos estimados com a necessidade pública identificada.

2.3 – Previsão no Plano de Contratações Anual

2.3.1 – O Município da Estância Turística de Olímpia possui Plano de Contratações Anual – PCA 2026 publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/46596151000155/2026/1>. A presente demanda guarda aderência material ao planejamento municipal por se tratar de contratação relacionada à manutenção, recuperação e preservação da infraestrutura viária urbana, diretamente vinculada à adequada prestação do serviço público e à conservação do patrimônio público municipal.

### **3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1 – A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em pavimentação asfáltica para a execução integral de serviços de recapeamento, fresagem e recomposição asfáltica em diversas vias urbanas do Município, abrangendo todas as etapas necessárias à entrega final do objeto em condições de pleno funcionamento, segurança, durabilidade e adequada trafegabilidade.

3.1.1 – O objeto será executado conforme o ciclo de vida típico de empreendimentos de manutenção e restauração de pavimentos urbanos, compreendendo as seguintes fases:

3.1.1.1 – Planejamento e mobilização: organização das frentes de trabalho, sinalização provisória, alocação de equipamentos, definição dos trechos e compatibilização da programação com a fiscalização;

3.1.1.2 – Preparação da superfície: demarcação, fresagem descontínua nos trechos indicados, limpeza da pista, remoção de materiais soltos, regularização de bordos e adequação da superfície de apoio;

3.1.1.3 – Aplicação de ligação betuminosa: execução da imprimadura/pintura ligante nas áreas liberadas, em taxa compatível com a superfície tratada e com a camada subsequente;

3.1.1.4 – Recomposição em concreto asfáltico: aplicação, espalhamento, regularização, compactação e acabamento da camada de CBUQ com espessura final compactada de 3,00 cm;

3.1.1.5 – Transporte e destinação do material fresado: remoção controlada e transporte do material retirado, conforme os critérios estabelecidos pela Administração;

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

3.1.1.6 – Sinalização horizontal: execução da sinalização definitiva nas áreas concluídas e aceitas;

3.1.1.7 – Finalização, testes e entrega: limpeza final, correção de inconformidades, apresentação dos relatórios de controle tecnológico, medição, recebimento provisório e recebimento definitivo.

3.1.2 – A solução adotada é adequada ao problema identificado porque permite a recuperação funcional da camada de rolamento sem a necessidade, em regra, de reconstrução integral do pavimento, preservando o investimento público já existente e atuando de forma tempestiva para reduzir a evolução dos danos.

3.2 – Enquadramento do objeto:

3.2.1 – Classifica-se o presente objeto como obra comum de engenharia, conforme art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente aos critérios da Nota Técnica IBRAOP IBR nº 01/2021, em razão da baixa complexidade relativa da metodologia executiva, da padronização dos materiais e da ampla oferta de empresas aptas no mercado.

## **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1 – Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e na documentação técnica, deverão ser observadas as diretrizes de gestão de resíduos da construção civil, com adequada segregação, transporte e destinação do material fresado e dos demais resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

4.2 – O material fresado deverá receber destinação ambientalmente adequada, observado o interesse da Administração quanto ao reaproveitamento ou armazenamento em local autorizado, quando assim determinado pela fiscalização.

4.3 – Os resíduos não poderão ser dispostos em locais irregulares, áreas de preservação, lotes vagos, cursos d'água, encostas ou áreas não licenciadas, cabendo à contratada a responsabilidade pela regular destinação, salvo disposição diversa formalmente autorizada pela Administração.

### **Demais requisitos da contratação**

4.4 – Deverão ser observadas, no que couber ao objeto contratado, as normas técnicas do DNIT aplicáveis ao recapeamento, à fresagem, à recomposição asfáltica, à pintura de ligação, à sinalização horizontal e aos serviços correlatos, especialmente aquelas indicadas a seguir, as quais passam a integrar o regime técnico mínimo de execução, fiscalização, medição e recebimento do objeto:

4.4.1 – DNIT 031/2024-ES – Pavimentação – Concreto Asfáltico – Especificação de Serviço: aplicável à produção, ao transporte, à aplicação, ao espalhamento, à compactação, ao acabamento, ao controle e à aceitação da camada de CBUQ, inclusive quanto às condições da superfície de apoio e aos requisitos mínimos de execução.

4.4.2 – DNIT 449/2024-PRO – Pavimentação Asfáltica – Misturas Asfálticas – Parâmetros Volumétricos para Dosagem de Misturas Asfálticas – Procedimento: aplicável à comprovação do traço, dos parâmetros volumétricos, da composição da mistura e da conformidade técnica do projeto de dosagem apresentado pela contratada.



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

4.4.3 – DNIT 145/2012-ES – Pavimentação – Pintura de Ligação com Ligante Asfáltico – Especificação de Serviço: aplicável à limpeza da superfície, à escolha do ligante, à taxa de aplicação, à uniformidade do espalhamento e à aderência entre camadas.

4.4.4—DNIT 159/2011-ES – Pavimentos Asfálticos – Fresagem a Frio – Especificação de Serviço: aplicável ao corte, à profundidade, ao acabamento e às tolerâncias da fresagem descontínua prevista no objeto, observada a espessura de 3,00 cm definida contratualmente.

4.4.5 – DNIT 154/2010-ES – Pavimentação Asfáltica – Recuperação de Defeitos em Pavimentos Asfálticos – Especificação de Serviço: aplicável aos reparos localizados, correções pontuais e tratamentos prévios eventualmente necessários à adequada recomposição do revestimento.

4.4.6 – DNIT 144/2014-ES – Pavimentação – Imprimação com Ligante Asfáltico – Especificação de Serviço: aplicável sempre que houver necessidade de imprimação sobre base ou camada granular recomposta, nos trechos e condições liberados pela fiscalização.

4.4.7 – DNIT 141/2022-ES – Pavimentação – Base Estabilizada Granulometricamente – Especificação de Serviço: aplicável às hipóteses de recomposição ou regularização de base granular, inclusive quanto à umidade, conformação geométrica, espalhamento e compactação.

4.4.8 – DNIT 143/2025-ES – Pavimentação – Base de Solo-Cimento – Especificação de Serviço: aplicável quando houver necessidade de recomposição estrutural com solo-cimento, abrangendo mistura, teor de cimento, cura, compactação e aceitação da camada.

4.4.9 – DNIT 100/2018-ES – Obras Complementares – Segurança no Tráfego Rodoviário – Sinalização Horizontal – Especificação de Serviço: aplicável à execução, ao acabamento, à aderência, à geometria e à aceitação da sinalização horizontal definitiva prevista no objeto.

4.4.10 – DNIT 101/2009-ES – Obras Complementares – Segurança no Tráfego Rodoviário – Sinalização Vertical – Especificação de Serviço: aplicável subsidiariamente sempre que houver necessidade de implantação, recomposição ou adequação de sinalização vertical associada aos trechos executados.

4.4.11 – DNIT 030/2004-ES – Drenagem – Dispositivos de Drenagem Pluvial Urbana – Especificação de Serviço: aplicável às correções e adequações de drenagem eventualmente necessárias para resguardar a durabilidade da intervenção executada.

4.4.12 – DNIT 026/2025-ES – Drenagem – Caixas Coletoras, Caixas de Ligação e Passagem e Bocas de Bueiros – Especificação de Serviço: aplicável à regularização ou recomposição de dispositivos de drenagem que interfiram nos trechos abrangidos pela contratação.

4.4.13 – As referências normativas acima deverão ser observadas em suas versões vigentes, inclusive eventuais erratas, revisões ou atualizações supervenientes tecnicamente compatíveis com o objeto, prevalecendo, em caso de dúvida, a interpretação mais protetiva à qualidade, à durabilidade e à segurança do serviço público contratado.

4.5 – A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos compatíveis com a execução dos serviços, incluindo, no mínimo, fresadora a frio, vibroacabadora, rolos

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

compactadores adequados, caminhões basculantes, espargidor de ligante, equipamentos de limpeza e dispositivos de sinalização temporária.

4.6 – A contratada deverá manter responsável técnico habilitado durante toda a execução, com presença compatível com a complexidade e o ritmo dos serviços, além de preposto com poderes para receber notificações, responder às determinações da fiscalização e providenciar as correções necessárias.

4.7 – Será obrigatória a execução de sinalização temporária e isolamento dos trechos antes do início de cada frente de serviço, com manutenção permanente durante a execução, de modo a resguardar trabalhadores, veículos e pedestres.

4.8 – Os operários deverão apresentar-se devidamente uniformizados, identificados e utilizando Equipamentos de Proteção Individual – EPI adequados às atividades desenvolvidas.

4.9 – A execução dos serviços deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 17h00, salvo autorização expressa e motivada da fiscalização para situações excepcionais.

**Vistoria prévia (Facultativa)**

4.10 – A avaliação prévia do local de execução das obras e serviços de engenharia é para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.10.1 – Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10.2 – Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.3 – As vistorias deverão ser efetuadas pelo responsável credenciado pela empresa, devidamente identificado, mediante prévio agendamento, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. Para realização da vistoria prévia, o representante será acompanhado por profissional designado pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, com agendamento por meio do e-mail: [gafaria@olimpia.sp.gov.br](mailto:gafaria@olimpia.sp.gov.br), durante o horário comercial, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

4.10.4 – Após a realização da vistoria, será emitido Termo de Vistoria Prévia pelo departamento competente, que deverá ser juntado pela licitante na documentação para habilitação e participação no certame, através da plataforma E-LICITA OLÍMPIA, disponível no site [www.olimpia.sp.gov.br](http://www.olimpia.sp.gov.br).

4.10.5 – Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10.6 – A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura****Subcontratação**

4.11 – Não será admitida a subcontratação do núcleo principal do objeto, admitindo-se mediante autorização prévia da administração, apenas subcontratações acessórias e complementares que não descaracterizem a responsabilidade integral da contratada pela execução e pela qualidade dos serviços.

**Plano de Controle Tecnológico**

4.12 – Será obrigatória a apresentação, pela contratada, antes do início da primeira frente de serviço, de Plano de Controle Tecnológico específico para o objeto, contendo, no mínimo, a identificação do responsável técnico, do laboratório responsável, da metodologia de amostragem, da frequência dos ensaios, do procedimento de rastreabilidade por trecho e da forma de apresentação dos resultados à fiscalização.

4.12.1 – O Plano de Controle Tecnológico deverá abranger, no mínimo, o estudo de dosagem da mistura asfáltica, a caracterização dos materiais constituintes, o controle da superfície de apoio, o controle da taxa de aplicação da pintura de ligação, o controle das temperaturas de usinagem, transporte e aplicação, a verificação da espessura executada, o controle da compactação, a regularidade superficial e a conformidade da sinalização horizontal.

4.12.2 – A contratada somente poderá iniciar a aplicação do CBUQ após a aprovação, pela fiscalização, do estudo de dosagem, da origem dos materiais, do plano executivo de aplicação e do Plano de Controle Tecnológico.

4.12.3 – Todos os ensaios, verificações de campo, relatórios laboratoriais, tickets de pesagem, boletins de usina, relatórios fotográficos georreferenciados e memórias de cálculo deverão permanecer disponíveis à fiscalização durante toda a execução, constituindo documentos essenciais à medição e ao recebimento do objeto.

4.12.4 – A Administração poderá determinar, a qualquer tempo, contraprova, ampliação da frequência dos ensaios, extração de testemunhos, abertura de janelas ou ensaios independentes, sempre que houver indício de não conformidade, divergência entre área, volume e espessura, ou dúvida razoável quanto à qualidade dos serviços executados.

4.12.5 – A ausência de controle tecnológico suficiente, a recusa na apresentação dos documentos técnicos ou a constatação de não conformidade relevante ensejarão a suspensão da frente de serviço, a glosa da medição, a rejeição do trecho e, se for o caso, a reexecução integral às expensas da contratada, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

4.12.6 – O controle tecnológico mínimo obrigatório deverá contemplar, sem prejuízo de outros ensaios tecnicamente pertinentes ou determinados pela fiscalização: a) estudo de dosagem da mistura asfáltica; b) caracterização dos agregados, filer e ligante asfáltico; c) controle da taxa de aplicação da pintura de ligação; d) controle de temperatura da massa na usina, no transporte e na aplicação; e) verificação da espessura executada do CBUQ e da profundidade da fresagem; f) controle da compactação e do acabamento superficial; g) verificação da conformidade da sinalização horizontal; h) rastreabilidade dos trechos executados mediante relatórios, mapas, fotos georreferenciadas, tickets de balança e boletins de usinagem.

4.12.7 – A fiscalização poderá exigir a apresentação, por trecho executado, de relatório tecnológico consolidado contendo a identificação da via, da frente de serviço, da data de execução, do quantitativo executado, dos materiais empregados, dos en-

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

saíam realizados, dos resultados obtidos e da conclusão expressa quanto à conformidade ou não conformidade do trecho liberado.

4.12.8 – A medição do CBUQ e da fresagem ficará condicionada à compatibilidade entre área executada, espessura contratual de 3,00 cm, volume medido, tickets de balança, boletins de usina e registros de campo, podendo a Administração determinar a extração de testemunhos, a abertura de janelas, a realização de contraprovas e a conferência independente das espessuras e volumes, sempre que houver divergência ou dúvida razoável.

4.12.9 – Todo o controle tecnológico deverá ser custeado pela contratada, inclusive coletas, ensaios laboratoriais, contraprovas motivadas por falha da contratada, relatórios, laudos, documentos de rastreabilidade e demais providências necessárias à demonstração da conformidade do objeto.

4.12.10 – Não serão aceitos relatórios genéricos, apócrifos, sem assinatura técnica, sem vinculação ao trecho executado ou sem rastreabilidade mínima dos materiais, cargas, áreas e resultados laboratoriais, os quais não produzirão efeito para fins de medição, recebimento provisório ou recebimento definitivo.

4.12.11 – A constatação de não conformidade tecnológica relevante poderá ensejar, conforme a gravidade do caso concreto, a suspensão imediata da frente de serviço, a glosa da medição, a rejeição parcial ou total do trecho, a reexecução integral às expensas da contratada, a aplicação do IMR, o acionamento da garantia contratual e a apuração de responsabilidade para fins de sanção administrativa.

**4.13 – Garantia da contratação**

4.13.1 – Será exigida garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos dos arts. 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021.

4.13.2 – A empresa deverá apresentar a garantia adicional prevista no § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, caso a proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor estimado da contratação.

4.13.3 – Em caso de opção pelo seguro-garantia, a adjudicatária terá prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deverá ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.13.4 – A garantia, nas modalidades de caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.13.5 – O contrato oferecerá maior detalhamento das regras aplicáveis em relação à garantia da contratação.

**4.14 – MATRIZ DE RISCOS**

4.14.1 – A matriz de riscos tem por finalidade identificar, avaliar, distribuir e tratar os eventos supervenientes capazes de impactar a execução do objeto, observando-se a lógica da Lei nº 14.133/2021, segundo a qual a alocação deve recair sobre a parte que detenha melhores condições de prevenir, gerenciar ou absorver cada risco, sem prejuízo do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.14.2 – Consideram-se, para fins deste Termo de Referência, como riscos ordinários alocados predominantemente à contratada: a) falhas no planejamento executivo da frente de serviço; b) quebra ou insuficiência de equipamentos; c) atraso no fornecimento de materiais, ligantes ou insumos; d) falhas de produção, transporte, aplicação ou compactação do CBUQ; e) deficiência de sinalização temporária; f) inadequação



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

do controle tecnológico; g) falhas de execução da fresagem, da pintura de ligação, da recomposição e da sinalização horizontal; h) erros de medição ou de documentação técnica imputáveis à contratada.

4.14.3 – Constituem riscos alocados predominantemente à contratada, ainda, os prejuízos decorrentes de desperdício de material, retrabalho por execução defeituosa, espessura inferior à contratada, acabamento insatisfatório, baixa aderência entre camadas, segregação, exsudação, compactação insuficiente, deterioração precoce por vício executivo e ineficiência operacional na mobilização ou desmobilização das equipes.

4.14.4 – Consideram-se riscos alocados predominantemente à contratante: a) definição das vias e priorização das frentes de serviço; b) alterações unilaterais de programação por interesse público; c) atraso injustificado na emissão de ordens de serviço, atestes ou liberações administrativas; d) superveniência de determinações institucionais que alterem a sequência da execução sem culpa da contratada; e) fatos decorrentes de omissões relevantes da Administração nos elementos técnicos disponibilizados, quando não passíveis de identificação diligente pela licitante.

4.14.5 – Serão tratados como riscos de alocação compartilhada: a) ocorrência de patologias profundas ou ocultas no pavimento ou na base não detectáveis previamente de forma ordinária; b) interferências subterrâneas ou dispositivos não mapeados; c) necessidade superveniente de adequações pontuais de drenagem; d) eventos climáticos excepcionais que ultrapassem a área ordinária e impactem diretamente a execução; e) restrições operacionais relevantes decorrentes do tráfego local ou de eventos públicos extraordinários.

4.14.6 – Nos riscos compartilhados, a solução deverá ser formalizada pela fiscalização e pelo gestor do contrato, mediante registro circunstanciado da ocorrência, avaliação técnica do impacto, definição da responsabilidade executiva imediata e adoção das providências necessárias ao reequilíbrio, quando juridicamente cabível.

4.14.7 – A contratada deverá adotar, como medidas mínimas de mitigação, planejamento executivo por trecho, programação diária compatível com a capacidade de produção, manutenção preventiva dos equipamentos, estoque e logística adequados dos insumos, controle tecnológico contínuo, reforço da sinalização temporária e pronta resposta às determinações da fiscalização.

4.14.8 – A matriz de riscos prevista neste Termo de Referência integra o regime contratual do objeto e deverá ser interpretada em conjunto com as demais cláusulas técnicas, financeiras, sancionatórias e de medição, prevalecendo, sempre, a proteção ao interesse público, à qualidade do serviço executado e à segurança dos usuários da via.

## **5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1 – A execução do objeto deverá ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7h00 às 17h00, em conformidade com a programação definida pela fiscalização contratual e com as ordens de serviço emitidas pela Administração.

5.2 – Os serviços deverão ser organizados por frentes de trabalho, trechos e etapas executivas, de modo a assegurar continuidade operacional, segurança viária, adequada sinalização temporária, minimização dos impactos à mobilidade urbana e eficiente acompanhamento pela fiscalização.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

5.3 – Antes do início de cada frente de serviço, a contratada deverá implantar a sinalização temporária, efetuar o isolamento do trecho e apresentar à fiscalização o planejamento executivo correspondente.

5.4 – A fresagem descontínua será executada exclusivamente nos trechos definidos pela Administração, com espessura de 3,00 cm, observadas a regularidade do corte, a limpeza da superfície e a preservação das camadas remanescentes.

5.5 – Após a fresagem e a limpeza do trecho, deverá ser executada a imprimadura/pintura ligante nas áreas liberadas, em conformidade com a taxa de aplicação e as condições da superfície de apoio.

5.6 – A recomposição asfáltica será realizada mediante aplicação de concreto asfáltico com cimento asfáltico modificado por borracha – Faixa III, devendo a camada final compactada apresentar espessura de 3,00 cm.

5.7 – A aplicação do CBUQ deverá observar condições adequadas de temperatura, espalhamento, acabamento e compactação, vedada a execução sobre superfície inadequadamente limpa, úmida, contaminada ou sem aderência suficiente.

5.7.1 – A contratada deverá manter controle contínuo da temperatura da mistura asfáltica desde a saída da usina até o momento da aplicação, registrando os dados em relatórios próprios vinculados ao respectivo trecho executado.

5.7.2 – A espessura executada da camada de CBUQ deverá ser conferida pela fiscalização por meio de métodos compatíveis com a natureza do serviço, inclusive medições in loco, abertura de janelas, extração de corpos de prova, testemunhos ou outros meios tecnicamente idôneos, sempre que necessário.

5.7.3 – A profundidade da fresagem também será objeto de verificação específica, não sendo admitida execução em desacordo com a espessura contratual de 3,00 cm, salvo ajuste pontual formalmente autorizado pela fiscalização em situação tecnicamente justificada.

5.7.4 – A contratada deverá manter rastreabilidade por trecho executado, com indicação de data, equipe, equipamentos utilizados, cargas aplicadas, área atendida, espessura aferida, resultados laboratoriais e demais informações necessárias à perfeita correlação entre execução física e medição.

5.7.5 – Verificada qualquer não conformidade relacionada à mistura, à espessura, à aderência, à compactação, ao acabamento ou à regularidade da superfície, a contratada deverá promover imediatamente a correção do serviço, não se admitindo o recobrimento da falha sem o adequado saneamento técnico.

5.8 – Concluída a camada de rolamento e aceitos os serviços do trecho, a contratada deverá executar a sinalização horizontal prevista na planilha orçamentária.

5.9 – Os serviços serão liberados ao tráfego somente após a aceitação da fiscalização, garantidas as condições mínimas de segurança e desempenho do trecho executado.

**Materiais a serem disponibilizados**

5.10 – A execução do objeto deverá contemplar o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos necessários para sua integral realização, bem como aqueles relativos à segurança, ao isolamento da área, ao controle tecnológico e à proteção do entorno.



**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.11 – A empresa deverá prever em seus custos as despesas diretas e indiretas, por meio da apropriação do BDI, bem como todos os demais encargos necessários à execução integral do objeto.

5.12 – A proposta orçamentária deverá ser formalizada de acordo com o modelo definido no edital, devendo a licitante melhor classificada disponibilizá-la em formato editável (xls ou xlsx) para fins de conferência e análise técnica.

5.13 – Deverá ser adotado pela contratada critério de arredondamento de 2 (duas) casas decimais para cima, quando aplicável à composição de preços e memoriais de cálculo.

5.14 – Para a adequada formulação da proposta, a licitante deverá considerar que o objeto será executado em diversas vias urbanas do Município da Estância Turística de Olímpia/SP, por trechos e frentes de serviço definidos pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, conforme a planilha orçamentária, ordens de serviço e programação da fiscalização.

5.14.1 – Os quantitativos de referência considerados para dimensionamento da contratação são os seguintes, sem prejuízo do detalhamento constante da planilha orçamentária em anexo ao edital:

**Tabela 2 – Quantitativos de referência para dimensionamento da contratação**

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	OBSERVAÇÃO
Imprimadura / pintura ligante	m <sup>2</sup>	188.592,10	Sobre áreas fresadas e limpas
CBUQ com CAP modificado por borracha - Faixa III	m <sup>3</sup>	5.657,76	Espessura final compactada: 3,00 cm
Fresagem descontinua (e = 3 cm)	m <sup>3</sup>	2.750,00	Espessura de 3,00 cm
Transporte de material fresado	tkm	6.875,00	Conforme distância média estimada
Sinalização horizontal	m <sup>2</sup>	1.750,00	Após aceite da camada de rolamento

Fonte: Planilha orçamentária do Processo Administrativo nº 164578/2026.

5.14.2 – A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à completa execução do objeto, inclusive materiais, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, equipamentos, ferramentas, transporte, usinagem, mobilização, desmobilização, sinalização temporária, segurança viária, controle tecnológico, ensaios, relatórios, limpeza final, destinação de resíduos e demais obrigações previstas neste Termo de Referência.

5.14.3 – A licitante deverá considerar que a execução ocorrerá, em regra, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 17h00, podendo haver remanejamento de frentes de serviço, priorização de trechos e adequações de sequência por interesse público, condições climáticas, interferências viárias, eventos municipais ou necessidade de preservação da mobilidade urbana.

5.14.4 – A licitante deverá avaliar a logística de fornecimento, transporte e aplicação do CBUQ, de modo a garantir que a massa asfáltica seja entregue nas frentes de serviço em condições adequadas de temperatura, trabalhabilidade, homogeneidade e compactação, observadas as normas técnicas aplicáveis e os controles exigidos pela fiscalização.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

5.14.5 – A eventual opção da licitante por não realizar vistoria prévia não a exime da responsabilidade pela correta avaliação das condições locais, da logística necessária, das interferências ordinárias, dos acessos, do tráfego, das condições de execução e dos custos envolvidos, nos termos da declaração de pleno conhecimento prevista no edital.

5.14.6 – A medição e o pagamento observarão exclusivamente os serviços efetivamente executados, aceitos e comprovados pela fiscalização, com compatibilização entre área executada, espessura contratual de 3,00 cm, volume medido, tickets de balança, boletins de usina, relatórios tecnológicos e registros de campo.

5.14.7 – O preço ofertado deverá observar os valores de referência adotados pela Administração, o regime de empreitada por preço unitário, o BDI previsto na planilha orçamentária e os critérios de aceitabilidade e exequibilidade estabelecidos no edital e neste Termo de Referência.

5.15 – Especificação da garantia do serviço (art. 40, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

5.15.1 – A contratada deverá garantir a qualidade, a durabilidade, a segurança e o desempenho dos serviços executados, respondendo por vícios, defeitos, falhas de execução, insuficiência de compactação, espessura inferior à contratada, desagregação, segregação, exsudação, trincamentos prematuros, deformações, perda de aderência entre camadas, falhas de acabamento e demais inconformidades técnicas imputáveis à execução ou aos materiais empregados.

5.15.2 – A garantia técnica dos serviços será de 5 (cinco) anos quanto à solidez, segurança e integridade da obra, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis, da responsabilidade civil da contratada e das obrigações de correção de vícios constatados durante o recebimento provisório ou definitivo.

5.15.3 – A garantia de que trata este item abrange os serviços de fresagem, limpeza e preparação da superfície, pintura ligante/imprimadura, fornecimento e aplicação do CBUQ, compactação, acabamento superficial, sinalização horizontal e demais atividades diretamente relacionadas à solução executada.

5.15.4 – Constatado vício, falha ou desempenho incompatível com as especificações técnicas, a fiscalização notificará a contratada para avaliação e correção do trecho, cabendo à contratada executar, às suas expensas, todos os reparos, substituições, recomposições, ensaios, mobilizações e providências necessárias ao saneamento da inconformidade.

5.15.5 – A garantia não abrangerá danos comprovadamente decorrentes de desgaste ordinário compatível com o uso regular da via, intervenções posteriores de terceiros ou concessionárias, acidentes, vandalismo, eventos climáticos extraordinários ou alteração superveniente das condições de tráfego e drenagem não imputável à contratada.

5.15.6 – A existência de recebimento provisório, recebimento definitivo, pagamento, aplicação do IMR ou liberação de medições não afasta a responsabilidade da contratada por vícios ocultos ou defeitos supervenientes decorrentes de falha de execução, material inadequado ou descumprimento das normas técnicas aplicáveis.

5.15.7 – A contratada deverá manter disponíveis, durante o prazo de garantia, os registros de execução, relatórios de controle tecnológico, ART/RRT, boletins de usina, tickets de pesagem, relatórios fotográficos e demais documentos necessários à rastreabilidade técnica dos serviços executados.



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura****6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 – O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, contendo informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

**Preposto**

6.6 – A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 – A contratada deverá manter preposto da empresa durante todo o período de execução do objeto, podendo este ser o encarregado da frente de serviço, profissional designado ou mesmo o responsável técnico da empresa.

6.8 – A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização**

6.9 – Fica determinado como fiscal o servidor Sr. Guilherme Amin de Faria, Assessor Executivo, contato por meio do e-mail [gafaria@olimpia.sp.gov.br](mailto:gafaria@olimpia.sp.gov.br) e telefone (17) 3279-4860, para acompanhar o contrato e fiscalizar a execução dos serviços, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.10 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.11 – A fiscalização contratual observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720/2023.

6.12 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução contratual, determinando prazo para o saneamento.

6.13 – O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

6.14 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

**Gestor do contrato**

6.15 – Fica determinada como gestora a servidora Sra. Aline Cristina Ribeiro, Assessora de Gabinete, e-mail [acribeiro@olimpia.sp.gov.br](mailto:acribeiro@olimpia.sp.gov.br), telefone (17) 3279-4860, para acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.16 – O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal, consolidará informações, controlará prazos, promoverá os encaminhamentos necessários, acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada e instruirá os procedimentos de liquidação e pagamento.

6.17 – Além do disposto acima, o gestor do contrato observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720/2023.

6.18 – O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à unidade competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e aceito nos termos do contrato.

**7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO, IMR E RECEBIMENTO**

7.1 – As medições serão mensais, de acordo com o cronograma físico-financeiro, e deverão ser provocadas pela contratada mediante apresentação de boletim de medição, memória de cálculo, diário de obras, relatório fotográfico georreferenciado, relatórios de controle tecnológico e demais documentos exigidos neste Termo de Referência.

7.2 – Somente serão medidos os serviços efetivamente executados, tecnicamente aceitos e documentalmentemente comprovados, não sendo devido pagamento por serviços rejeitados, retrabalhos, materiais apenas depositados em obra, perdas operacionais ou frentes sem rastreabilidade suficiente.

7.3 – A medição do CBUQ e da fresagem, ambos previstos em metro cúbico na planilha base, deverá ser obrigatoriamente compatibilizada pela fiscalização com a área efetivamente executada e com a espessura contratual de 3,00 cm, de modo a impedir medições dissociadas da realidade física do trecho.

7.4 – A medição da imprimadura/pintura ligante dependerá da compatibilidade entre área tratada, volume aplicado e taxa média de aplicação, enquanto a do transporte do material fresado ficará vinculada aos quantitativos efetivamente removidos e aos comprovantes de deslocamento e destino.

7.5 – Predominará, para todos os efeitos, a medição apurada pela fiscalização setorial e técnica do contrato, podendo ser indicadas glosas, retenções ou descontos proporcionais às irregularidades constatadas.

7.6 – Os relatórios de medição deverão ser apresentados em formato PDF e XLSX, devidamente assinados, numerados e acompanhados dos respectivos anexos comprobatórios.

7.6.1 – Cada medição deverá ser instruída, no mínimo, com boletim de medição, memória de cálculo, diário de obras, relatório fotográfico georreferenciado, mapa dos



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

trechos executados, tickets de pesagem, boletins de usina, relatórios de controle tecnológico e demais documentos necessários à comprovação da perfeita correspondência entre o serviço executado e o quantitativo medido.

7.6.2 – Para CBUQ, previsto em metro cúbico, a fiscalização deverá obrigatoriamente confrontar a área executada, a espessura final compactada de 3,00 cm e o volume correspondente, podendo adotar, para fins de validação, os tickets de pesagem e os boletins de usinagem como elementos complementares de rastreabilidade.

7.6.3 – Para fresagem descontínua, também previsto em metro cúbico, a medição dependerá da comprovação dos trechos efetivamente fresados, da profundidade executada de 3,00 cm, do volume apurado e da compatibilidade com os registros de campo e com o transporte do material removido.

7.6.4 – A ausência de comprovação tecnológica, a inconsistência entre área, volume e espessura, ou a existência de defeitos funcionais, geométricos ou de acabamento autorizarão a glosa ou retenção da medição até a completa regularização do trecho ou da documentação.

7.6.5 – A última medição, ou parcela dela, poderá permanecer retida até a apresentação do relatório final consolidado, do conjunto completo dos ensaios e controles tecnológicos e da confirmação, pela fiscalização, de que não subsistem pendências técnicas impeditivas ao recebimento definitivo.

7.7 – Os pagamentos serão realizados seguindo a ordem cronológica de liquidação do setor competente da Administração, observada a legislação municipal aplicável e a regularidade fiscal da contratada.

7.8 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as pendências eventualmente apontadas no recebimento provisório, sem prejuízo da aplicação do IMR e das demais medidas cabíveis.

**Do Instrumento de Medição de Resultados (IMR)**

7.9 – O Instrumento de Medição de Resultados – IMR é parte integrante da relação contratual e tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela contratada, permitindo a adequação do pagamento por meio de critérios objetivos de desempenho, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

7.9.1 – O IMR será aplicado mensalmente pela fiscalização técnica e/ou setorial, com base em memória de cálculo própria, avaliando o atendimento das metas, critérios e parâmetros qualitativos definidos neste Termo de Referência.

7.9.1.1 – Entre os indicadores mínimos de desempenho a serem observados no IMR incluem-se: cumprimento do cronograma físico; conformidade da espessura de fresagem; conformidade da espessura da camada de CBUQ; regularidade e acabamento superficial; qualidade da sinalização temporária e definitiva; rastreabilidade documental; atendimento às determinações da fiscalização; e apresentação tempestiva dos relatórios de controle tecnológico.

7.9.1.2 – O descumprimento dos indicadores relacionados à espessura, ao controle tecnológico, à rastreabilidade e à segurança viária será classificado como ocorrência grave para fins de apuração do desempenho contratual, sem prejuízo das glosas e sanções cabíveis.

7.9.2 – A aplicação do IMR não constitui sanção automática, mas compensação indenizatória à Administração em razão da baixa qualidade, da desconformidade ou do descumprimento dos critérios mínimos exigidos na execução do objeto.

7.9.3 – O percentual máximo de redução do pagamento decorrente da aplicação do IMR não ultrapassará 15% (quinze por cento) do valor bruto da medição do período.

Tabela 3 - Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

CATEGORIA	INDICADOR	META / PARÂMETRO	GLOSA MÁXIMA	OBSERVAÇÃO
1	Sinalização temporária e segurança da frente de serviço	Manter isolamento, sinalização e segurança adequados.	2,00%	Aplica-se em caso de falha, ausência ou insuficiência de sinalização.
2	Preparação da superfície e limpeza do trecho	Executar limpeza, preparo, regularização e liberação da superfície de apoio em conformidade com o serviço subsequente.	1,50%	Inclui remoção de materiais soltos, pó, lama e resíduos.
3	Fresagem descontínua	Executar a fresagem com espessura de 3,00 cm e acabamento adequado, sem danos indevidos às camadas remanescentes.	2,00%	Admite glosa proporcional ou total do trecho irregular.
4	Imprimadura / pintura ligante	Aplicar o ligante de forma uniforme, em taxa compatível e sobre superfície devidamente liberada.	1,50%	Falhas de cobertura ou excesso poderão ensejar glosa do trecho.
5	CBUQ - espessura, acabamento e compactação	Executar camada final compactada de 3,00 cm, com adequada regularidade, acabamento e compactação.	3,00%	Sem prejuízo da rejeição e reexecução do trecho, quando cabível.
6	Controle tecnológico e rastreabilidade	Apresentar ensaios, boletins, tickets, relatórios e documentação compatíveis com a medição, por trecho executado, em formato rastreável.	2,00%	A ausência ou insuficiência de rastreabilidade autoriza retenção e glosa da medição correspondente ao trecho afetado.
7	Cumprimento da programação e atendimento à fiscalização	Atender ao cronograma e às determinações formais da Administração em prazo hábil.	1,50%	Considera atrasos injustificados e resistência ao ajuste operacional.
8	Sinalização horizontal e limpeza final	Executar sinalização em conformidade com o projeto e entregar os trechos limpos e aptos ao uso.	1,50%	Incide sobre falhas de acabamento, visibilidade e entrega final.

Fonte: Critérios de desempenho definidos pela Administração no Termo de Referência.

7.9.4 – Constatado o descumprimento das metas do IMR, o fiscal procederá de ofício à adequação do pagamento, observando o princípio da proporcionalidade e a menor onerosidade possível para a contratada, sem prejuízo da tutela do interesse público.

7.9.5 – As glosas decorrentes da aplicação do IMR não excluem a possibilidade de aplicação de sanções administrativas, nem a exigência de correção, reexecução ou substituição dos serviços inadequadamente executados.

### Do recebimento

7.10 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo(s) fiscal(is), mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.11 – O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere à parcela a ser paga.

7.12 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (art. 21, X, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

7.13 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (art. 22, VII, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.14 – Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.15 – Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.16 – O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.17 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

7.18 – O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.19 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com a planilha, com os critérios de medição, com as normas técnicas, com a proposta ou com este Termo de Referência.

7.20 – Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.21 – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço, da apresentação de toda a documentação exigida, da inexistência de vícios e da aceitação formal mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.21.1 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, VIII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.21.2 – Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.21.3 – Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

7.21.4 – Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.21.5 – Enviar a documentação pertinente à Divisão de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.22 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.23 – Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.24 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

7.25 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma da legislação municipal aplicável, prorrogável por igual período.

7.26 – Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, período respectivo de execução, valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.27 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus à contratante.

7.28 – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.29 – A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

7.30 – Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.31 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

7.32 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.33 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos oficiais.

**Prazo de pagamento**

7.34 – O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme a regulamentação municipal aplicável.

**Forma de pagamento**

7.35 – O pagamento será realizado por ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.36 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37 – O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que: a) der causa à inexecução parcial do contrato; b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; c) der causa à inexecução total do contrato; d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado; e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; f) praticar ato fraudulento na execução do contrato; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

8.2 – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 – Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 8.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 8.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, quando justificarem a imposição de penalidade mais grave.

8.3 – Multa:

8.3.1 – Moratória, para a infração descrita na alínea “d” do item 8.1, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

8.3.2 – Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.3.3 – O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

8.3.4 – Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 8.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

8.3.5 – Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 8.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

8.3.6 – Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” do item 8.1, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

8.3.7 – Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d” do item 8.1, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação;

8.3.8 – Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do item 8.1, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.4 – A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante.

8.5 – Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.6 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7 – As notificações poderão ser realizadas por meio eletrônico nos endereços de e-mail informados pela empresa na proposta comercial e/ou constantes de seu cadastro, considerados válidos para comunicação formal durante a execução contratual.

8.8 – Os débitos do contratado para com a Administração resultantes de multa administrativa e/ou indenizações poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão contratante.

## **9 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, preferencialmente sob a forma eletrônica, para contratação de obra comum de engenharia, sob o regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR GLOBAL**, aferido pelo menor valor global da proposta, observados os preços unitários máximos de referência, o BDI previsto na planilha orçamentária, os critérios de aceitabilidade e exequibilidade fixados no edital e a plena compatibilidade com o Termo de Referência e planilha orçamentária

9.1.1 – Deverão ser respeitados os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances previstos na alínea “a” do inciso II do art. 55 da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de obra comum de engenharia com critério de julgamento pelo menor preço, sem prejuízo de eventual prazo superior definido pela Administração no edital. O art. 55, II, “a”, prevê prazo mínimo de 10 dias úteis para serviços comuns e



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

obras e serviços comuns de engenharia quando adotado menor preço ou maior desconto.

9.1.2 – A fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, nos termos do art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, desde que expressamente previsto no edital e devidamente formalizado por ato motivado, com explicitação dos benefícios decorrentes da medida. O art. 17 estabelece a sequência ordinária das fases da licitação, mas autoriza que a habilitação anteceda as fases de proposta e julgamento mediante ato motivado e previsão editalícia.

9.1.3 – A adoção da habilitação prévia se justifica pela natureza técnica do objeto, que envolve serviços de recapeamento, fresagem descontínua, aplicação de CBUQ, transporte de material fresado, sinalização horizontal, controle tecnológico, disponibilização de equipamentos específicos, responsável técnico habilitado, rastreabilidade dos serviços executados e cumprimento de normas técnicas aplicáveis à pavimentação asfáltica. O Termo de Referência caracteriza o objeto como obra comum de engenharia, com baixa heterogeneidade, padronização dos insumos e disponibilidade de empresas aptas no mercado especializado.

9.1.4 – Em certames anteriores promovidos pelo Município para obras de engenharia e construção civil, foram identificadas situações de abandono contratual por licitantes vencedores após a fase de propostas, inclusive em hipóteses nas quais a contratação decorreu de menor preço ofertado. Tais ocorrências ocasionaram a necessidade de adoção de providências administrativas para continuidade ou retomada dos serviços, com risco de aumento de custos, paralisação de frentes de trabalho, prejuízo à continuidade da infraestrutura urbana e comprometimento da adequada prestação dos serviços públicos.

9.1.5 – Diante desse histórico e da relevância do objeto para a recuperação funcional da malha viária urbana, justifica-se a inversão das fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, com a realização da habilitação antes da apresentação das propostas. A medida busca permitir análise prévia e objetiva da qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira, fiscal, social e trabalhista dos interessados, restringindo a fase competitiva aos licitantes que demonstrem capacidade efetiva de execução do objeto, reduzindo o risco de contratação de empresa sem aptidão técnica ou financeira suficiente, prevenindo abandono contratual, retrabalho administrativo, paralisações e futura necessidade de nova licitação.

### **Regime de Execução**

9.1.6 – O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, diante da imprevisibilidade dos quantitativos, a serem executados nos ambientes contemplados com serviços de manutenção, visando a melhor utilização dos recursos públicos no caso concreto.

### **Exigências de habilitação**

9.2 – Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.1 – Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XVI, art. 92, da Lei Federal nº 14.133/21.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura****Habilitação jurídica**

**9.3 – Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.4 – Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

**9.5 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.6 – Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.7 – Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.8 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**9.9 – Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.11 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.12 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

9.15 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.16 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.18 – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.19 – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.20 – Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.20.1 – Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.20.2 – As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.20.3 – Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.20.4 – Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

9.21 – Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o capital mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.22 – As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

9.23 – O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

**Qualificação técnica**

9.24 – Para fins de julgamento prevalecerá a qualificação técnica operacional da licitante, sem prejuízo da qualificação profissional do responsável técnico indicado, quando exigível.

9.25 – A empresa deverá apresentar declaração de indicação de responsável técnico legalmente habilitado, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando exigível em razão da natureza da atividade.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

9.26 – Serão aceitos, para fins de qualificação técnica operacional, atestados de capacidade técnica, certidões de acervo e/ou documentos equivalentes emitidos em nome da razão social da empresa, admitida a somatória de quantitativos, desde que pertinentes e compatíveis com o objeto.

9.27 – O registro ou inscrição da empresa e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s), quando exigíveis, na entidade profissional competente, deverá estar em plena validade.

9.28 – Os quantitativos relacionados no subitem foram selecionados de acordo com o § 1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo selecionados os itens de valor mais significativo para execução do objeto, os quais possuem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado para a contratação.

9.29 – A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Operacional – CAO, emitida pelo CREA, conforme a Resolução CONFEA nº 1.137/2023, ou Certidão de Acervo Técnico-Operacional – CAT-O, conforme a Resolução CAU/BR nº 243/2023, em nome de sua razão social, para fins de comprovação da execução de serviços compatíveis com o objeto, observadas as parcelas de maior relevância indicadas no quadro abaixo:

**Tabela 4 – Parcelas de maior relevância para qualificação técnica operacional**

ITEM	DESCRIÇÃO (PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA)	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA
01	Concreto asfáltico com cimento asfáltico modificado por borracha - Faixa III	m³	2.828,88
02	Fresagem descontínua de revestimento asfáltico - espessura de 3 cm	m³	1.375,00

*Fonte: Critérios de qualificação técnica do Processo Administrativo nº 164578/2026.*

9.30 – Será admitida, para fins de comprovação da qualificação técnica operacional, a apresentação de CAT emitida pelo CREA, vinculada ao responsável técnico e acompanhada dos respectivos atestados, desde que os documentos permitam a vinculação objetiva com a razão social da licitante, especialmente nos acervos anteriores à instituição da CAO pela Resolução CONFEA nº 1.137/2023.

### **Qualificação Técnica Profissional**

9.31 – Engenheiro Civil ou Arquiteto com registro no CREA ou CAU com experiência comprovada através de um ou mais atestados, devidamente registrados, no conselho da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT (engenheiro) ou CAT-A (arquiteto), expedidas por estes conselhos, que comprovem que o responsável técnico tenha executado obras ou serviços de características semelhantes de acordo com o inciso I do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.32 – Para fins de qualificação técnica profissional será admitida a apresentação de atestados emitidos por entidades públicas ou privadas, conjuntamente com a apresentação de ARTs/RRTs que comprovem a experiência do profissional na execução dos serviços a serem contratados, ou similares, conforme o inciso I do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.33 – O profissional cuja CAT foi utilizada para fins de habilitação profissional nesta licitação deverá ser o responsável técnico da obra na execução do contrato.



**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

9.34 – A ART/RRT de execução da obra deverá ser emitida pelo profissional responsável técnico apresentado pela licitante nos moldes deste Termo de Referência.

9.35 – Para fins de qualificação profissional a empresa deverá apresentar o registro do mesmo no conselho profissional competente.

9.36 – Não será permitida, para fins de qualificação operacional, a comprovação das quantidades mínimas constantes do quadro do item 9.29 mediante apresentação de certidão de acervo técnico (CAT) unicamente em nome do profissional, desacompanhada de elementos aptos a vincular o acervo à pessoa jurídica licitante.

9.37 – Os responsáveis técnicos deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por meio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social e o prestador de serviços; com contrato firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional; caso a licitante se sagre vencedora do certame.

9.38 – No decorrer da execução do serviço, os profissionais indicados pela licitante poderão ser substituídos, nos termos do art. 67, § 6º da Lei nº 14.133/2021, por outros profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.39 – Nos termos do § 12 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma do regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções de impedimento de licitar ou contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional ou de sua responsabilidade.

9.40 – O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**Outras documentações**

**9.41 – Declaração** de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

**9.42 – Declaração** assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

**9.43 – Declaração** que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da ordem de serviço serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial.

**9.44 – Declaração** que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;

**9.45 – Declaração** de que concorda com as exigências editalícias e se sujeitará a todos os termos do presente processo administrativo.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

**9.46 – Declaração** de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

**9.47 – Declaração** de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**9.48 – Declaração** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**9.49 – Declaração** de que atende às regras e normas da ABNT e à legislação específica aplicável.

**9.50 – Declaração** de que apresentará garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, caso seja a vencedora do certame, prevista no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações;

9.51 – Quando realizada a visita técnica, a proponente deverá apresentar o respectivo Termo ou Certificado de Visita Técnica emitido pelo órgão licitante.

9.52 – O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá apresentar declaração específica, conforme modelo do edital, de que tem ciência da possibilidade de realizá-la e de que assume integralmente os riscos decorrentes da formulação da proposta sem a vistoria prévia.

9.51 – A empresa contratada declarará, por meio de declaração única, as informações acima, conforme Anexo X do Edital.

## **10 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1 – O custo estimado total da contratação é de R\$ 10.817.632,99 (dez milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e trinta e dois reais e noventa e nove centavos).

## **11 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA**

11.1 – Licitantes cujas propostas forem inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor global orçado pela Administração deverão apresentar garantia adicional correspondente à diferença entre o valor da proposta e o valor de referência adotado pela Administração, nos termos do § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.1 – A garantia adicional prevista no item anterior deverá ser apresentada em uma das modalidades admitidas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas no edital.

11.2 – Propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração serão consideradas presumivelmente inexequíveis, cabendo à licitante o ônus de demonstrar a exequibilidade, sem prejuízo da solicitação de informações complementares que se fizerem necessárias pelo setor técnico responsável pela análise das propostas.





PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE

**OLÍMPIA**  
ADM. 2025 | 2028

CUIDANDO DO NOSSO FUTURO

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

11.3 – Para fins de análise de aceitabilidade das propostas, serão observadas, além das disposições contidas neste Termo de Referência, os critérios estabelecidos nos arts. 59 e 63 da Lei nº 14.133/2021 e na Súmula nº 258 do TCU.

11.4 – Não serão aceitas propostas com preços unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, manifestamente inexequíveis ou superiores aos valores de referência adotados pela Administração, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como referência a planilha DER 10/2025 (não desonerada) e SICRO 10/2025.

11.5 – Serão desclassificadas propostas com valores manifestamente inexequíveis ou superiores ao valor estimado, observado o art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

## **12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

12.1.1 – A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.00.00 – Prefeitura Municipal;

02.13.00 – Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura;

02.13.03 – Divisão de Projetos e Obras;

Classificação funcional: 154510034/1006 – Recapeamento Asfáltico;

Natureza da despesa: 449051 – Obras e Instalações;

Ficha orçamentária: 418;

Vínculo detalhado: 07.110.0000 – Geral.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia

**Guilherme Amin de Faria**

Responsável pela elaboração e  
fiscalização do contrato

**Aline Cristina Ribeiro**

Gestora do contrato

**Leandro Pierin Gallina**

Secretário Municipal Obras  
Engenharia e Infraestrutura/  
Ordenador de Despesas